

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG**

**OTÁVIO GRASSI**

**ECONOMIA E FELICIDADE NOS FILÓSOFOS CRISTÃOS MEDIEVAIS :  
UM ESTUDO AGOSTINIANO-TOMISTA**

**VARGINHA-MG**

**2023**

**OTÁVIO GRASSI**

**ECONOMIA E FELICIDADE NOS FILÓSOFOS CRISTÃOS MEDIEVAIS :  
UM ESTUDO AGOSTINIANO-TOMISTA**

Trabalho de conclusão do PIEPEX apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas, campus Varginha como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia.

Orientador: Thiago Fontelas Rosado Gambi

**VARGINHA  
2023**

## RESUMO

A felicidade é o fim último do homem, esse postulado aristotélico fundamenta toda a argumentação agostiniana e, principalmente, tomista. Nesse sentido, o intuito deste artigo é examinar a felicidade: primeiramente, no que consiste; posteriormente no que é; e, por fim, como alcançá-la, de acordo com os filósofos cristãos medievais, tanto patrísticos quanto escolásticos. A metodologia aplicada é a revisão de literatura narrativa, particularmente, dos escritos de Platão, Santo Agostinho de Hipona, Aristóteles, São Tomás de Aquino e seus comentaristas. O principal resultado encontrado foi que a felicidade na cosmovisão cristã, para Agostinho e Tomás de Aquino, em essência, só é possível em Deus, que é a própria beatitude. Sendo assim, não é encontrada na vida material ou nos prazeres, pois transcende os recursos escassos, constituindo-se uma aquisição inalcançável no mundo, sendo eterna e incriada, porque faz parte do Criador.

## **SUMÁRIO**

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2. PATRÍSTICA E ESCOLÁSTICA</b>	<b>5</b>
<b>3. A FELICIDADE EM SANTO AGOSTINHO</b>	<b>7</b>
<b>4. A FELICIDADE EM SÃO TOMÁS DE AQUINO</b>	<b>10</b>
<b>5. ECONOMIA E FELICIDADE NOS FILÓSOFOS CRISTÃOS MEDIEVAIS</b>	<b>13</b>
I. RIQUEZA	15
II. HONRA	16
III. GLÓRIA	16
IV. PODER	16
V. BENS DO CORPO	17
VI. PRAZER	17
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>18</b>
<b>7. REFERÊNCIAS</b>	<b>20</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

Deus é a essência de toda doutrina cristã, ele é o fator fundamental para a existência de tudo. Desse modo, São Tomás de Aquino o declama como o agente inteligente necessário por si só, sendo necessário a todas as pessoas, além de ser o fim para o qual se ordenam todas as coisas, sendo o destino de todos os seres.

Portanto, a felicidade, buscada por todas as pessoas como fim último de suas vidas, deve ser, necessariamente, conectada ao divino. Com efeito, a felicidade, segundo o cristianismo, necessita da relação entre a teologia e a filosofia para a sua construção. Ademais, o propósito da determinação do significado da felicidade só é útil se for manifestado o caminho percorrido para conquistá-la.

O objetivo deste artigo é verificar como a riqueza material aparece no conceito de felicidade dos filósofos cristãos medievais, em especial, Santo Agostinho de Hipona e Santo Tomás de Aquino. A metodologia aplicada é a revisão de literatura narrativa, particularmente, dos escritos dos doutores da Igreja e seus comentaristas. Nesse sentido, o foco do estudo estará em como alcançar a verdadeira felicidade de acordo com a doutrina cristã.

O texto está organizado em seis seções. Após a introdução, a segunda seção detalha a conjuntura histórico-biográfica de Santo Agostinho de Hipona e São Tomás de Aquino. A terceira seção apresenta o pensamento agostiniano sobre a felicidade. A quarta seção demonstra a reflexão tomista, e assim, a felicidade de acordo com essa doutrina. A quinta seção demonstrará a conexão entre felicidade e economia, analisando como a riqueza material aparece no conceito de felicidade cristã. Por fim, são feitas as considerações finais.

## **2. PATRÍSTICA E ESCOLÁSTICA**

A Patrística representa um dos alicerces da Igreja Católica, aquela a qual Jesus Cristo designou a Simão quando disse no Evangelho de São Mateus 16:18: “Tu és Pedro, e sobre esta pedra construirei a minha Igreja, e as forças do Inferno não poderão vencê-la.” (BÍBLIA, 2015). Com efeito, se Simão é a pedra sustentadora da Igreja Católica, os membros da Patrística são o restante da fundação. Por meio dos ensinamentos propostos nos evangelhos e nas práticas da tradição apostolística, a Igreja se desenvolveu com os primeiros padres: os chamados “Pais da Igreja”:

os “Pais da Igreja” são, portanto, aqueles que, ao longo dos sete primeiros séculos, foram forjando, construindo e defendendo a fé, a liturgia, a disciplina, os costumes, e os dogmas cristãos, decidindo, assim, os rumos da Igreja (PAULUS, p.8, 2014).

Nesse contexto, está inserido Santo Agostinho, filho de um pagão, Patrício, amante do material e movido pela carne, conduzindo a vida por meio de valores romanos. Por outro lado, sua mãe era piedosa e conhecida por sua ternura e devoção, canonizada como Santa Mônica. Dentro desse contraste ideológico, nasce em 13 de novembro de 354 d.C, em Tagaste, atual Souk-Ahras, Aurélio Agostinho, conhecido como Santo Pecador.

Ele teve uma vida baseada em prazeres e vícios durante a juventude e, além de se dedicar ao estudo da retórica e da oratória, concentrou sua vida em práticas completamente romanas, em especial, pagãs e heréticas, como o maniqueísmo, heresia responsável por crer na dualidade do Deus Uno (HIPONA, 1984).

Posteriormente, influenciado pelas teorias neoplatônicas, as quais rejeitam o relativismo e admitem uma verdade absoluta substancial a todas as coisas, abandonou a vida baseada em prazeres e paixões, isto é, afastando-se de propósitos carnis e materiais. Por isso, aproximou-se das ideias cristãs, orientadas por Santo Ambrósio na interpretação das Sagradas Escrituras. Dessa maneira, converteu-se ao catolicismo e contribuiu para a reflexão filosófica dogmática.

Santo Agostinho pode ser considerado um modelo sobre que tipo de vida traz a felicidade, à medida que viveu a vida em dois aspectos, um baseado nos bens materiais e os prazeres da carne, outro nos princípios, virtudes e valores cristãos. Assim, tanto sua vida quanto seu pensamento enriquecem a construção da análise sobre a felicidade cristã, contribuindo para o estudo dessa matéria-

São Tomás de Aquino pertence ao período subsequente do pensamento filosófico da Igreja Católica: a Escolástica. Essa Escola é responsável por aliar fé e razão, de modo que os ensinamentos de Cristo e a filosofia aristotélica se unem com o mesmo propósito: a explicação dos mistérios da fé e refutação das heresias presentes naquele tempo.

Tommaso Aquinate, em latim, nasceu em Roccasecca, na Itália, em 1225. Homem grande, forte e brando, apesar de sua humildade e santidade, foi

considerado estúpido pelos seus companheiros frades. Nascido de família rica, recusou a vida militar e decidiu fazer parte do clero, mas não do alto clero, com poder e riquezas como sua família esperava, mas como um verdadeiro e humilde servo de Cristo, vivendo como monge (CHESTERTON, 2015).

Nessa conjuntura, teve como mentor intelectual São Alberto Magno e a partir dele se aprofundou nos estudos teológicos e filosóficos, explicando a fé por meio da razão, usando todo o arcabouço aristotélico. Com efeito, aquilo que era apenas religioso passa a ser explicado com argumentos lógicos.

As contribuições da Patrística e da Escolástica fundamentam a concepção do conceito cristão de todas as matérias, de virtudes a fenômenos, de textos a mitos, de fatos a falácias. Sendo assim, a felicidade cristã não é apenas um conceito religioso, abstrato e distante da racionalidade, mas algo que possui explicação lógica, com critério, justificativa, causa e efeito.

### **3. A FELICIDADE EM SANTO AGOSTINHO**

Todo o pensamento de Santo Agostinho é baseado em uma cultura neoplatonista, isto é, resgata a filosofia platônica, aliando-a à doutrina cristã. Desse modo, une-se a religião com a ciência, construindo uma atmosfera de fé e racionalidade. Justamente por isso, a felicidade agostiniana é derivada da felicidade platônica.

Platão constitui de modo metafórico o conceito de felicidade, abordando de maneira específica o fator idade, ou melhor, a velhice como o centro-base para a reflexão do homem feliz. Alegoricamente, com a analogia da velhice, é utilizado como parâmetro tudo que é temporário como inferior. Trabalhando com tudo que é temporário como falso e a verdade estando naquilo que é eterno e, por isso, é digno de ser vivido como princípio humano.

Com efeito, concentrando-se no funcionamento da velhice, quando os prazeres e desejos do corpo fenecem e as limitações anatômicas dos homens tornam-se evidentes, muitos idosos costumam lamentar-se sobre a miséria dessa idade, argumentando como a vida era feliz no passado, em virtude das dádivas da juventude que outrora existiam em seus corpos.

Entretanto, essas queixas e lamentações não possuem como verdadeira causa a velhice, pois a principal fonte dessa miséria tardia seria o modo de vida das

pessoas. Aquilo que é hábito e é retirado do homem, fere-o como lança, como afirma Dostoiévski: “estou propenso a crer que o que mais tememos é o que nos tira de nossos hábitos” (DOSTOIÉVSKI, 2021).

Por isso, se a moderação for o lema de vida do jovem, a vida tardia não será um fardo, porque o homem não será dependente dos antigos hábitos, ou melhor, dos vícios que tinha. Tudo isso funciona de modo proporcional, quão mais preso um homem está em fatores temporários de sua vida, mais escravo é desses aspectos.

Segundo Platão, um homem que vive por meio de suas paixões é escravo de si próprio. A velhice liberta-o disso, mas se sua vida depende de tais matérias, na velhice a vida é perdida. Mas aqueles que viveram baseados na apreciação das belas virtudes da alma, isto é, tudo aquilo que é atemporal, conseqüentemente, eterno, viverá assim eternamente. Analogamente, Sófocles afirma ao encarar a velhice e o afrouxamento de seus desejos materiais: “Com muito contentamento escapei de tudo isso, como um escravo que escapasse de um brutal e tirânico” (PLATÃO, 2020). A felicidade deve ser encontrada na autonomia, isto é, na liberdade que o homem tem em referência às suas próprias vontades e desejos. Dominando a si próprio em detrimento dos fatores materiais (REALE; ANTISERI, 2017).

Portanto, a felicidade deve ser encontrada no equilíbrio, à medida que o homem deve ser senhor de si próprio e não em fatores materiais ou aspectos corpóreos que o dominem, ultrapassando a barreira moral. Sendo assim, a felicidade apresenta por necessidade o respeito e a prática das virtudes, tendo como base principal a justiça.

Agostinho, assim como Platão, trabalha de forma metafórica a felicidade, com a utilização do mito dos navegantes. Na vida, existem três tipos de navegantes e um único porto verdadeiro, a felicidade.

Primeiramente, o idoso, visando tranquilidade, dedica-se à conversão de mais almas além da sua, buscando produzir boas obras e frutos, mesmo no tardar da idade, com baixa intensidade e pouca facilidade. Desse modo, vive em águas tranquilas, navegando em direção ao porto da felicidade.

Em segundo lugar, existe aquele que começa errado a vida, nos vícios e prazeres passageiros, gerando diversas tempestades em seu barco, obrigando-o a retornar, por meio de gritos e desesperos, às águas pacíficas que levam o homem a uma vida virtuosa e verdadeira, conduzindo-o ao verdadeiro porto da felicidade.

Por fim, o último navegante é o meio-termo, aquele que tem uma dupla vida, geralmente na adolescência, tanto em Deus quanto no mundo, fazendo com que a tempestade seja necessária para resgatá-lo da perdição eterna.

Concluindo, a felicidade só é alcançada por meio da filosofia, o único porto que conduz a uma vida feliz, e, tal fim só é concedido pela razão e vontade (HIPONA, 2014). Com efeito, Deus, amando imensamente a humanidade, promove aos perdidos em caminhos fadados à perdição, tragédias lamentáveis, com suas riquezas, negócios ou bens do corpo, forçando-os ao estudo de livros de verdadeiros sábios e de homens honestos, proporcionando um acesso eterno ao porto da filosofia, construindo uma vida feliz (HIPONA, 2014).

Porém, a permissão de um mal não revoga a perfeita bondade de Deus, à medida que o mal é utilizado como meio para a frutificação de um bem perfeito, nesse caso, a felicidade. Ou seja, a felicidade não é um conceito que renuncia o sofrimento, mas o utiliza como meio para a proliferação de uma vida feliz. Agostinho afirma, “Deus, sumamente bom, de nenhum modo permitiria existir algum mal nas suas obras, se não fosse onipotente e bom para, mesmo do mal, tirar o bem. Logo, pertence à infinita bondade de Deus permitir o mal para deste fazer jorrar o bem” (AQUINO, 2016).

Por essa razão, é possível comparar a reflexão de Agostinho com sua própria vida. Aos 19, encantou-se com a filosofia, lendo Cícero, conduzindo sua vida com amor ao estudo. Entretanto, seguiu o caminho governado pelos acadêmicos que o envolviam, baseando seus princípios nos prazeres do corpo e nas honras. Mas, foi consumido por uma intensa dor no peito, obrigando-o a parar com seu ofício de orador. Mesmo a partir deste mal, foi ele que o conduziu à sua conversão e conseqüentemente, ao porto da filosofia e de uma vida feliz (HIPONA, 2014).

Portanto, a felicidade cristã para Agostinho consiste na vida virtuosa, com a busca constante da verdade e sabedoria, residindo apenas nela a vida feliz. Sendo assim, a felicidade depende do conhecimento e contemplação de Deus, por meio de uma vida longe das paixões e vícios humanos, seguindo as virtudes de uma verdadeira liberdade e aproximação do sumo bem (HIPONA, 2014).

#### 4. A FELICIDADE EM SÃO TOMÁS DE AQUINO

Em primeira análise, é importante destacar a existência de um fim último para o qual a vida humana converge. O homem age para um fim, pois suas ações são movidas pela vontade e razão, sendo assim, as ações do homem são propriamente humanas quando lhe são próprias, enquanto homem, isto é, quando são movidas deliberadamente pela vontade e pela razão, que são aquilo que faz o homem ser humano (AQUINO, 2016). Justamente por isso, o objeto da vontade é o fim, à medida que todas as ações procedentes de uma potência, no caso a vontade e a razão, transformam o objetivo do ato em sua essência.

Com efeito, o fim último do homem é aquilo que ele possui enquanto potência no objetivo de seus atos, por meio de sua vontade, melhor dizendo, na intenção de sua vida. Portanto, a vida do homem converge para aquilo que ele busca, caso seus atos sejam coerentes com suas intenções, e o que ele busca é a felicidade. A felicidade, que é a beatitude, é o bem perfeito, a vontade deseja a felicidade, logo o bem perfeito satisfaz a vontade (AQUINO, 2016). Em suma, almejar a felicidade significa desejar a satisfação da própria vontade, tal ambição é comum em toda a espécie humana.

Entretanto, a felicidade não existe somente enquanto potência ou enquanto fim, ela só é perfeita e verdadeira quando existe enquanto ato. Exemplificando, a prática de determinada dieta, que tem por resultado a melhora da saúde, mesmo que o fim seja bom, o caminho não torna a pessoa completamente feliz.

Paralelamente, por meio dos estudos dos tratados aristotélicos, São Tomás defende que a felicidade só é possível por meio das faculdades mais elevadas do ser humano direcionadas aos objetos mais elevados e nobres, formando a ação em concórdia com as virtudes (COPLESTON, 2021). Com efeito, a felicidade transcende o material à medida que é a atitude que aperfeiçoa o homem.

No entanto, diferentemente de Aristóteles, São Tomás defendia que o homem virtuoso não é aquele independente, mas o mais dependente possível de Deus. A felicidade verdadeira só é factível em Deus e na sua contemplação, por isso a felicidade verdadeira existe somente na vida em Deus, eterna, incriada e contemplativa, após a vida terrena (AQUINO, 2016). Apesar de ser impossível de alcançá-la em sua plenitude, pode ser conquistada no mundo material, por meio de um caminho que busca a verdade, vivendo uma vida virtuosa (COPLESTON, 2021).

A perfeita satisfação da intenção humana, enquanto ato e fim, tornando-a completa. Nesse contexto, o fim último do homem é semelhante ao fim último de sua vida, aquilo que é desejado com aquilo que é divino.

A felicidade está enraizada no aspecto intelectual, ou seja, na racionalidade humana. Além da vontade, a razão é intrínseca à ação humana, sendo uma espécie de princípio motor para a transformação da potência em ato, por isso, é responsável por trabalhar em conjunto com a vontade para o fim se tornar o produto das ações.

Conseqüentemente, o resultado perfeito da razão seria a aproximação pura da verdade e sabedoria. Desse modo, a felicidade, segundo São Tomás de Aquino, está enraizada na razão direcionada à busca pela verdade, em concórdia com a prática das virtudes morais e na contemplação de Deus.

Portanto, para ele, felicidade e Deus são sinônimos, à proporção que ambos são o fim último da vida humana, além de respeitarem a moralidade e transcenderem o material, já que Deus é a própria moral e é imaterial. Sendo assim, aquilo que todos almejam e precisam, Deus e a beatitude, é o reflexo dessa aproximação do homem com o divino.

Se felicidade e Deus são semelhantes, tanto substancialmente quanto em conteúdo, é necessário explicar o que significa Deus. São Tomás exprime seu argumento por meio de cinco vias explicativas para a existência do criador e de como ele é classificado.

A primeira via aborda o divino por meio do movimento. Dessa maneira, movimento é a transformação de potência em ato, ou seja, quando a intenção causa uma ação. Uma demonstração clara seria o fogo, quente em ato, esquentando a madeira, quente em potência, transicionando a potência em ato por meio de um motor antecedente ao movimento.

Com isso, generalizando para todos os movimentos existentes, os quais seguem a mesma regra de transição filosófica, a necessidade de um motor para acontecê-la é inevitável. Todavia, o motor precisa ser impulsionado por algo antecedente a ele, visto que é impossível um motor mover a si próprio, construindo uma reação em cadeia, onde um ato foi gerado por um motor que foi gerado por outro motor e assim conseqüentemente até chegar em um primeiro motor (AQUINO, 2016).

Essa reação não poderia tender ao infinito, pois caso isso ocorresse não haveria o primeiro motor e, por conseguinte, outros motores quaisquer, porque os

motores sucessores não se movem sem terem sido impulsionados pelos seus antecessores. No caso, não haveria o segundo motor já que este não seria movido pelo primeiro. Assim, não existiria terceiro, quarto, quinto e assim sucessivamente, não existindo qualquer motor, o que é evidentemente falso.

Como São Tomás afirma: “como não move o báculo sem ser movido pela mão” (AQUINO, 2016). Sendo assim, há a necessidade de existência do primeiro motor, ou melhor, de um causador primogênito da transformação da potência em ato, não sendo movido por nada e o único movedor de si próprio. Esse primeiro motor é chamado de Deus.

O segundo argumento é procedente da causa eficiente, pois existe ordenação nas causas eficientes dos seres sensíveis. A causa antecede seu efeito e justamente por isso é impossível que algo seja causador de si mesmo, à proporção que a causa e o efeito ocorreriam simultaneamente, o que não pode ser, pois o produto seria anterior a si mesmo (AQUINO, 2016).

Seguindo a mesma lógica do primeiro motor, fazendo uma análise regressiva da causa eficiente, é impossível admitir a inexistência de uma primeira causa eficiente, pois a primeira é a causa da média que é a causa da última. Por fim, é admitida uma causa eficiente primeira, a qual também é denominada Deus.

A terceira explicação parte de uma reflexão da necessidade e contingência, isto é, da indeterminação, não podendo definir algo como definitivamente falso ou verdadeiro. Ontologicamente, existem certos entes que podem ser e não ser, sendo concebidos e corrompidos, mas é impossível estes atores existirem para sempre, já que tudo aquilo que pode não ser, em algum período não foi (AQUINO, 2016).

Caso todos os seres de tal natureza fossem contingentes, então todas as coisas, em um determinado tempo, não existiriam e, conseqüentemente, neste dia, nada existiu e como do nada não é possível que algo surja, nunca existiu algo, o que é evidentemente falso, visto que tudo existe (AQUINO, 2016).

Exemplificando, dentre os ovos de uma galinha, existe a possibilidade de nascerem seus filhotes ou não, ainda que nasçam, é impossível admitir que os filhotes sempre existiram, pois se sempre existissem seriam aspectos necessários ontologicamente e não mera contingência (FORENSE, 2020).

Concomitantemente, um ente só pode existir a partir de outro anterior a si próprio. Com isso, nem todos os seres são contingentes, porém é fundamental que algum dentre estes seja necessário para a existência do outro. Sendo irreal a

regressão infinita, voltando às necessidades antecedentes para a existência de entes contingentes antecessores, como na causa eficiente e primeiro motor, é preciso assumir que existe um ser que sempre existiu, que é necessário por si próprio e a todos os outros, sendo Deus (AQUINO, 2016).

A quarta via é derivada dos graus de existência, ou seja, dos níveis hierárquicos que existem em todos os aspectos de proporção, o menor calor e maior calor, maior bondade e menor bondade e quaisquer atributos semelhantes. Com efeito, os dois parâmetros se aproximam de um máximo, menor possível e o maior possível, assim, o mais quente representa o maximamente quente. Portanto, demonstra-se a existência de um maximamente bom, maximamente verdadeiro e, conseqüentemente, um maximamente ser. Como defende Aristóteles, um agente máximo em determinado gênero é seu respectivo causador, isto é, o máximo quente, o fogo, é causador de todos os outros tipos de calor existentes (AQUINO, 2016). Apropriando-se da lógica da causa eficiente, há um ser maximamente bom, perfeito e, assim, maximamente ser e causador de tudo o que existe, conhecido como Deus.

O último argumento é correspondente à governança, onde tudo converge à um fim, mesmo aqueles agentes que carecem de conhecimento operam buscando aquilo que é ótimo, visando um fim, não por causalidade mas por intenção e propositalmente. Contudo, o ser carente de conhecimento só pode ser dirigido por aquele que é inteligente, como a flecha é dirigida à um fim pelo arqueiro (AQUINO, 2016). Logo, existe um ser inteligente que rege todas as coisas, convergindo-as para um determinado fim, que é ele próprio, o qual é Deus.

Portanto, a felicidade compreende a contemplação de Deus, o primeiro motor, a causa eficiente, aquele que é necessário a si próprio, o máximo ser e a inteligência que rege tudo e converge tudo a si. A felicidade cristã é um fim imaterial e transcendente, não sendo possível neste mundo (FORENSE, 2020). Contudo, ela não é subjetiva por esse fundamento, podendo ser alcançada por meio da busca pela verdade, que é o próprio Deus na cristianismo, além de viver permeado por virtudes morais que aproximem ao máximo o homem de Deus (COPLESTON, 2021).

## **5. ECONOMIA E FELICIDADE NOS FILÓSOFOS CRISTÃOS MEDIEVAIS**

A economia é parte fundamental da vida humana, em virtude de contemplar as tomadas de decisão dos indivíduos e suas possibilidades. Dito isso, seu estudo é

inevitável para construir o conceito de felicidade, visto que é o fim último do homem. A economia desenvolve-se como ciência ao longo do tempo, aprimorando seu conceito a cada período da humanidade.

O objeto específico da economia aristotélica, por exemplo, é a família e tudo que nela se envolve, diferenciando-se da política. A ciência econômica propõe a aquisição de uma casa e seu usufruto, focando na administração doméstica por um único mestre. Em contrapartida, a política tem como objeto específico a cidade, construindo o Estado e o uso correto de sua constituição. Desse modo, a ciência política aborda a administração da polis com a dominância de vários mestres (ARISTÓTELES, 2021). Justamente por isso, a economia seria antecedente à política, pois o lar é anterior e essencial à cidade. Portanto, o fim último da ciência econômica é a perfeita direção da vida, em seu conjunto, particularmente, relacionado à família (AQUINO, 2021). Consequentemente, a riqueza não é seu objeto de estudo, visto que é considerado um meio para a obtenção do fim da economia.

Como a economia busca a boa direção da vida, poderia ser correlacionada à prudência, visto que esta se ordena a perfeição da vida moral (AQUINO, 2021). Com efeito, as virtudes podem ser comparadas hierarquicamente, à proporção que a natureza de um objeto que possui diversos atributos, tanto em sua totalidade quanto a sua especificidade, constitui-se, no caso da prudência, uma virtude principal em relação a outras virtudes.

Assim como a família é o intermédio entre o indivíduo e a cidade, a prudência reside na economia, como a prudência reside na vida moral individual e na vida política (AQUINO, 2021). Logo, a questão moral está conectada à ciência econômica, tendo possibilidade de comparação com a vida feliz.

A economia pode ser definida como o estudo da administração dos recursos escassos da sociedade, à medida que o limite da matéria é evidente (MANKIWI, 2019). Todavia, a economia não se restringe aos bens materiais, ampliando seu campo de atuação ao espaço imaterial, como o tempo e intangíveis quaisquer. Porém, a escassez é o princípio fundamental e por meio dele, a economia busca construir a melhor gestão possível.

Sendo assim, a felicidade pode ser comparada com aspectos econômicos e, por sua vez, materiais e imateriais, devido à sua finitude. Nesse sentido, a felicidade poderia consistir na riqueza, honra, glória, poder, bens do corpo ou prazer. Por isso,

é importante destacar cada atributo e sua relação com a felicidade, para contemplar o conceito em sua essência e, principalmente, em sua plenitude.

## **I. RIQUEZA**

Sobre a riqueza, o argumento a favor de sua correlação positiva com a felicidade seria de que, como a felicidade é o fim último do homem, deve-se atribuir àquilo que lhe atrai desejo, visto que o dinheiro rege tudo, a felicidade se encontra no dinheiro. Entretanto, o argumento pode ser analisado de maneira mais minuciosa.

Primeiramente, é necessário diferenciar os tipos de riqueza disponíveis no mundo. Aristóteles a dividiu entre naturais e artificiais, o primeiro são bens materiais utilizados com o fim da satisfação direta de suas demandas naturais, como por exemplo, alimentos, vestuários e transporte. O segundo representa bens materiais que servem como intermediários, sendo artes humanas impostas para a conquista dos bens naturais, como o dinheiro e quaisquer meios de troca existentes (AQUINO, 2016).

Em respeito às riquezas naturais, a sua utilidade está em ser um meio útil para a satisfação desejada pelo homem, não constituindo um fim último em si mesmo. Desse modo, um homem se alimenta para o sustento de sua vida e veste-se na intenção de proteger-se. Como todos esses atributos são inferiores aos homens e criados para o seu usufruto, não é possível que a felicidade esteja nesse tipo de riqueza, já que é um agente intermediário para a satisfação de alguma intenção específica do homem, fome e frio, por exemplo (AQUINO, 2016).

Com relação às riquezas artificiais, a sua utilidade está em ser meio útil para a obtenção das riquezas naturais, pois elas não existiriam se não servissem como meio de troca. Logo, como não desempenham papel de fim último, também não pode ser encontrada a felicidade em si (AQUINO, 2016).

Em suma, a felicidade é um fim em si mesmo, assim, não é correspondente com as riquezas que não respeitam esse princípio. Portanto, é impossível consistir na riqueza a felicidade do homem, segundo a concepção de riqueza dos escolásticos, à medida que esse é o seu fim último (ARISTÓTELES, 2018).

## **II. HONRA**

O argumento que defende que a felicidade consiste na honra dos homens aborda que a honra é o prêmio da virtude, por isso, é necessária a excelência de si próprio para isso, que por definição é a vida feliz (ARISTÓTELES, 2018). Dessa maneira, a felicidade é dependente de outro homem que lhe atribui honra e mérito, não sendo possível alcançá-la de outro modo. Com efeito, a honra é o sinal da excelência própria do ser honrado, por meio de um determinado observador externo (AQUINO, 2016).

Sendo assim, a excelência deriva da felicidade, pois é em si mesma o bem perfeito. Então, pode-se encontrar a felicidade na honra, todavia, não é algo definitivo, por isso, não apresentam nenhuma relação concreta de dependência da honra para a conquista da felicidade (AQUINO, 2016).

## **III. GLÓRIA**

Santo Ambrósio define a glória como um louvor por meio de um conhecimento glorioso de um homem (AQUINO, 2016). Como, por meio desse tipo de legado que o homem alcança a eternidade no mundo, ela poderia ser considerada a felicidade. Contudo, a glória só é possível em relação a outro, portanto, é dependente de um fator exógeno, não sendo um fim em si mesmo (ARISTÓTELES, 2018).

Consequentemente, se a glória depende do conhecimento humano, não pode consistir nela a beatitude, já que o conhecimento do homem é contingente, enquanto a beatitude é perfeita em si mesma (AQUINO, 2016). Mas, caso o conhecimento humano proceda da beatitude de alguém, a beatitude já existe. No entanto, não seria a glória causadora da felicidade e sim seu puro reflexo e produto. Logo, a glória não consiste na felicidade do homem.

## **IV. PODER**

Assim como todos os indivíduos tendem à aproximação de Deus, fim último e princípio primeiro, eles buscam a semelhança com o divino (AQUINO, 2016). Portanto, os homens se assemelham com o fator decisório de Deus, à medida que obtém poder e, por isso, poderia consistir no poder da beatitude.

Todavia, é impossível a beatitude consistir no poder, visto que o poder realiza a função de princípio, distanciando-se do fim último, como a felicidade, além do poder de Deus ser a própria bondade (AQUINO, 2016). Além disso, o poder pode ser utilizado tanto para o bem quanto para o mal, enquanto a felicidade é o perfeito e verdadeiro bem do homem. A felicidade poderia consistir no bom uso do poder, o qual pressupõe a conquista das virtudes, e não o poder por si mesmo (AQUINO, 2016).

## **V. BENS DO CORPO**

Uma afirmativa poderia definir felicidade como a saúde do corpo, pois com ela a vida ocorre em sua perfeição. Entretanto, o homem não é apenas matéria, constituindo-se de alma e corpo, sendo a alma a governança do corpo e não o oposto (AQUINO, 2016). Sendo assim, os fins do corpo se ordenam à alma, não obedecendo o princípio de fim último, impossibilitando da felicidade estar na saúde física.

Por outro lado, o homem não é bom e perfeito por natureza, e o corpo foi feito para o usufruto deste homem, que é ordenado para outro fim, que é se tornar sumo bem (AQUINO, 2016). Com isso, foi entregue ao homem a vontade e a razão para alcançar seu fim último e não para a conservação de sua existência.

## **VI. PRAZER**

O prazer está relacionado com a satisfação dos desejos dos homens, podendo ser confundido com a felicidade. Porém, é necessária a diferenciação entre a essência do ser e o seu accidental resultado próprio, por isso o homem feliz é distante do homem que ri, mesmo o homem feliz rindo (AQUINO, 2016).

Sendo assim, todo prazer é um deleite do corpo e, por conseguinte, um acidente próprio que caminha em conjunto com a felicidade. Desse modo, o prazer, substancialmente, não é a essência da felicidade, contudo, seu accidental acompanhamento (AQUINO, 2016). Ademais, o prazer é resposta dos sentidos, enquanto a felicidade é o resultado da virtude da alma que se serve do corpo, que é imaterial e, por sua vez, infinita em relação à matéria, pois a alma racional ultrapassa a capacidade da matéria (AQUINO, 2016).

Com efeito, é impossível no prazer corpóreo residir a felicidade já que é limitado ao corpo que é regido pela alma, não alcançando a perfeição e sumo bem do homem que, por definição, é a beatitude.

Portanto, a felicidade não corresponde aos aspectos materiais citados anteriormente, pois a beatitude deve respeitar alguns atributos que estão enraizados nela, substancialmente. A felicidade é o sumo bem do homem, não correspondente com o mal e, conseqüentemente, dela não pode possuir esse fruto (AQUINO, 2016).

Presencia-se na beatitude o princípio de bastar-se a si própria, isto é, ser fim enquanto ela mesma, não desejando algum fruto com a sua prática. Assim como o amante ama a coisa amada pelo que é e não pelo resultado, igual a um jogador de futebol que pratica o esporte por amor à prática e não pelo dinheiro, por exemplo. Sendo assim, a felicidade cristã não está em bens exteriores aos homens ou nos bens de seu corpo, no entanto, está no seu íntimo. Entretanto, mesmo a felicidade tendo parte na alma, esta consiste em algo exterior à alma (AQUINO, 2016). Concomitantemente, a felicidade é um bem incriado, tendo sua participação humana, todavia, sua essência pertence a Deus. Logo, só em Deus consiste a felicidade cristã (AQUINO, 2016).

Justamente por isso, a felicidade tomista recorre ao arcabouço aristotélico e platônico para a conclusão do conceito. Mas, somando a fé católica para a contribuição da reflexão filosófica. Desse modo, a felicidade é transcendente à matéria e ao próprio homem, sendo alcançada por meio de uma vida virtuosa e livre dos vícios e paixões. Com isso, como Santo Agostinho afirmou, a beatitude é impossível nesse mundo, apenas conquistada pelos homens em Deus, na eternidade.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho apresentou o conceito de felicidade e sua relação com a economia, isto é, com seus atributos materiais e imateriais, de acordo com Santo Agostinho de Hipona e Santo Tomás de Aquino. A revisão literária demonstrou que, para esses filósofos, a felicidade é o fim último do homem, transcendente à matéria, sendo impossível contemplá-la em sua totalidade no mundo, sua possibilidade é atrelada ao exercício das virtudes, erradicação das paixões, busca pela verdade e contemplação de Deus, que é a própria beatitude.

Ademais, a sua correlação com a economia é negativa, à medida que o objeto da ciência econômica, fundamentado nos recursos escassos, distancia-se da realidade imaterial da felicidade. Além da economia corresponder a um meio útil para outro fim, diferenciando-se do princípio fundamental da beatitude.

Os modelos apresentados foram da teoria filosófica patrística da felicidade, de Santo Agostinho de Hipona, baseado em Platão, dedicando uma análise específica da relação das virtudes morais dentro desse modelo, e a teoria escolástica da felicidade, de Santo Tomás de Aquino, baseado em Aristóteles, conferindo um estudo aprofundado da relação entre riqueza material e imaterial, com a felicidade.

Entre as limitações do trabalho está justamente a ausência de detalhamento quanto à análise pragmática-nominalista e a cosmovisão materialista. Trabalhos futuros podem expandir o que foi apresentado aqui para investigar essas situações mais específicas.

## 7. REFERÊNCIAS

- AQUINO, T. **Suma Teológica**: Ia IIae: Volume 2. Campinas: Ecclesiae, 2016.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Edipro, 2018.
- ARISTÓTELES; AQUINO, T.; CHESTERTON, G.; CORÇÃO, G. **Tratado de Economia Doméstica**. Campinas: Vide, 2021.
- BÍBLIA. **Pedro professa a fé**. Tradução de Paulo Bazaglia . São Paulo: Paulus, 2015. 1701p. Velho Testamento e Novo Testamento.
- CHESTERTON, G. **Santo Tomás de Aquino**. Campinas: Ecclesiae, 2015.
- COPLESTON, F. **Uma História da Filosofia**: Volume 1. Campinas: Vide, 2021.
- DOSTOIÉVSKI, F. **Grandes obras de Dostoiévski**: Crime e Castigo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.
- FORENSE, F. Terceira via de Santo Tomás de Aquino. **Youtube**, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/SMQpl7mQIQ4?si=32d8q7X0ZUmET0Ge/> Acesso em: 09 de Novembro de 2023.
- HIPONA, A. **Confissões**. São Paulo: Paulus, 1984.
- HIPONA, A. **Sobre a vida feliz**. São Paulo: Vozes de Bolso, 2014.
- MANKIW, G. **Introdução à Economia**. Boston: Cengage Learning, 2019.
- PAULUS. **Patrística**: Padres Apostólicos: Volume 1. São Paulo: Paulus, 2014.
- PLATÃO. **A República**. São Paulo: Edipro, 2019.
- REALE, G.; ANTISERI, D. **Filosofia**: Antiguidade e Idade Média: Volume 1. São Paulo: Paulus, 2017.